

# MACHADO DE ASSIS E A EDUCAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX\*

**Maria Luiza Gomes Vasconcelos\*\***

Comunicação Oral

GT: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira

**RESUMO:** O presente texto em sua versão final pretenderá investigar e analisar como se apresenta à formação intelectual de alguns personagens, e simultaneamente perceber como se dá essa formação na sociedade moderna, prioritariamente na segunda metade do século XIX, através da escrita de Machado de Assis em algumas crônicas e romances da fase Realista. O personagem burguês machadiano apresenta uma formação intelectual concomitante à realidade concebida (ou desenvolvida) pela sociedade educacional moderna da segunda metade do século XIX.

## **INTRODUÇÃO: um pequeno percurso em Machado**

A escolha pelo século XIX, mais propriamente a segunda metade do citado século, não foi aleatória, parte das inquietações do presente e a procura de respostas a partir das construções destinadas à Educação no referido período, marco incontestado de grandes transformações em âmbito mundial e que mudariam toda a sociedade.

Conforme Carvalho (2008), durante o Império, ainda que existissem cursos regulares como medicina, direito e engenharia, tais Escolas não conformavam o cerne intelectual no Brasil, consistindo, antes em espaços de socialização de jovens da elite, sobretudo no caso das Escolas de Direito, para ocupação de cargos públicos. Na prática, portanto, eram instâncias de jogo político, mais do que agências de produção intelectual e inovação técnico-científica.

Machado de Assis é considerado por muitos críticos e estudiosos um dos melhores romancistas brasileiros, e à medida que sua obra vai sendo estudada e analisada com diversificadas interpretações, apreende-se quão vasta probabilidade de novos enfoques pode se averiguar em seus escritos.

O reconhecimento do valor da ficção machadiana se fez em vida do autor, pois os principais críticos literários do seu tempo, Sílvio Romero e José Veríssimo, definiram as linhas mestras de sua fortuna crítica. Considerado um escritor profundo, introspectivo, universal, Machado foi consagrado pela crítica, assim a mesma ênfase na excelência da sua escrita, qualidade que conquistou o consenso de todos os leitores, dando margem a juízos

\*Parte da Pesquisa de Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Educação/Mestrado/Doutorado pela PUC GOIÁS.

\*\*Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás, Doutoranda em Educação no PPGE pela PUC Goiás. Endereço eletrônico: mluizagv@gmail.com.

diferenciados, conforme o critério fosse nacionalista ou estético.

A crítica posterior a Silvio Romero enfatizou com exemplo a presença do Brasil, sobretudo do Brasil fluminense, escravista e patriarcal, em toda a obra de Machado. O historicismo sociológico, depois de se tornar escasso o patriotismo romântico, passou a considerar como substância mesma das situações e das personagens construídas pelo romancista.

Os vários métodos de interpretação do texto ficcional já acresceram lastro suficiente teórico para não se regredir a visões estereotipadas de um dos criadores considerados mais complexos da literatura brasileira. A escrita de um grande narrador trava luta com certas vertentes psicológicas e estilísticas do seu meio e de seu tempo, buscando em seu ponto de vista a representação, rearticulação e julgamento da matéria de sua observação: a sociedade burguesa. A fortuna crítica de Machado de Assis ajuda a rever o mapeamento do seu universo e leva a compreensão do pathos e do ethos<sup>1</sup> peculiar que lhe deram voz inconfundível perante diversos narradores brasileiros.

A íntima relação entre o escritor e a sociedade brasileira do seu tempo começou a ser desvendada mediante exploração sistemática de sua biografia. A primeira foi escrita em 1936, pela romancista Lúcia Miguel Pereira, e teve como foco o homem machadiano com suas peculiaridades de temperamento e caráter. Essa interpretação da romancista tem mérito de fundir classe social, posição do indivíduo e estrutura sem inflar nenhum dos componentes.

Machado de Assis transfere para o narrador o princípio da universalização da cultura, já que este dispõe do todo da tradição ocidental e a maneja com espetacular desenvoltura, marcada, contudo, por certa indiferença por essa cultura tomada e logo deixada de lado, por força de uma irreverência acrítica de um homem culto que prefere analisar o estoque de coisas humanas, desprezando o acúmulo da Ilustração.

Na imensa bibliografia machadiana, situa-se entre uma das melhores críticas Alfredo Bosi, sua proposta é uma abordagem flexível, interessada na diferença e na singularidade. Isso talvez se deva ao fato de a literatura machadiana assumir diferentes formas, ora coincide com a ideologia de seu meio imediato, ora distancia de forma crítica. Machado retrata com fidelidade os tipos característicos da sociedade fluminense no final do século XIX. Sua compreensão, assim como seu estilo não se limita ao contexto histórico e geográfico, e seus personagens vão mais além, pois constrói os personagens de forma elaborada com traços individuais e pessoais, e ainda as relações são marcadas assimetricamente.

<sup>1</sup> Pathos é a argumentação baseada no estado emocional do receptor (ouvinte, leitor); Ethos é a argumentação baseada no caráter do orador, autor.

Machado é um homem que está sempre à frente de seu tempo, não crê no evolucionismo, seu estilo parece ser formalmente ameno, muitas vezes salpicado de ironia, indiferente às promessas da modernização ideológica. Dessa forma torna-se importante um estudo analítico referente à formação dos personagens burgueses no que concerne ao intelectualismo, e concomitante, para que se tenha uma compreensão mais plena, necessitar-se-á de estudar a sociedade intelectual vigente no período representado pelo autor em estudo.

É de grande interesse de este projeto buscar por meio de estudos e pesquisas a formação intelectual de alguns personagens machadianos e apreender a imagem relativa a esta concepção na sociedade brasileira moderna através de estudos e análises bibliográficas e documentais a fim de compreender a relação entre a literatura machadiana e a realidade da sociedade moderna.

Embora se encontre um vasto estudo sobre a vida e obra de Machado de Assis, ainda considera-se a análise de sua obra um tema contemporâneo, desse modo pretende-se averiguar para o estudo em questão o entrosamento entre a educação e a literatura, uma vez que são intrinsecamente ligadas, e assim perceber a formação intelectual do personagem burguês e a educação na segunda metade do século XIX.

Buscar-se-á desse modo estudar a formação intelectual do personagem burguês em algumas obras machadianas e de que forma apresenta-se na sociedade moderna essa formação intelectual.

## **METODOLOGIA**

Para desenvolver o trabalho será necessário pesquisar em variadas obras teóricas, romances, contos, crônicas, revistas, documentos, artigos, dentre outros. Entre os autores a serem utilizados pode-se citar: Auerbach (1974); Azevedo (1971); Batista (2003); Barboza Filho (1999); Bosi (1992, 2007); Campi (1999); Candido (2000); Canezin (2001); Chalhoub (2003); Coelho (1996); Elias (1998); Gramsci (2002); Manacorda (1989); Machado de Assis (2011/2012); Magalhães Júnior (2008); Nepomuceno (2006); Ternes (2006); Schwarz (1977, 1990); Romero (1954); Wellek, Warren (1971), dentre inúmeros outros não menos importantes, mas imprescindível para o entendimento e aprofundamento ao tema.

Para uma melhor apreensão do tema, percorrer-se-á pela história da educação no

Brasil, mesmo que ainda de modo superficial, e posteriormente será aprofundado no decorrer da tese. A ação jesuítica fez parte da empresa colonial e esta, por sua vez atuou como instrumento de acumulação primitiva de capital. Trata-se do movimento de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa e que na colônia teve que criar condições de sustentação, levando em conta suas especificidades.

## UM POUCO SOBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL

O primeiro século de colonização do Brasil foi a “preparação de terreno” para o que viria a se configurar como educação durante todo o período colonial, e o período quinhentista foi o palco de atuação da missão evangelizadora jesuítica na colônia, e trazia em seu interior um caráter educacional e evangelizador.

A obra de José de Anchieta atuou no sentido de tornar possível a aculturação dos povos primitivos habitantes das terras recém-descobertas favorecendo a vitória do modelo econômico europeu na América

A pedagogia de Anchieta através de sua obra (o teatro, a poesia e o catecismo), consistia em desenvolver algumas estratégias que agissem além das escolas para ensinar os fundamentos da fé aos seus alunos. Desta forma conseguiu realizar a sujeição e a dominação dos povos nativos.

A educação brasileira teve a ação dos jesuítas em sua construção no intuito de colonizar, bem como catequizar o território descoberto, e esta atuação influenciou até o período Republicano que naquele momento do país seiscentista estavam institucionalizando a educação através da criação de colégios para oferecer gratuitamente ensino secundário de humanidades o que atendia por demais à exigência da sociedade da época aristocrática e escravocrata.

Depois no final séc. XVI apresentou exemplos de planos de estudo com o *Ratio Studiorum*<sup>2</sup> que dava o suporte para o acompanhamento dos estudos desenvolvidos pela Companhia de Jesus, tornando-se um marco histórico que iria servir de subsídio para os currículos futuros.

<sup>2</sup> Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Verbete elaborado por Cézár de Alencar Arnaut de Toledo, Flávio Massami Martins Ruckstadter e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter.

Com a troca de interesses entre a Coroa e a Companhia de Jesus, que mantinha a ação jesuítica no Brasil passa a trajetória educacional de meados do século XVI até o século XVIII, assim objetivo modifica-se passando a não ter mais interesse na presença dos jesuítas como colonizadores ou mesmo educadores. Assim a educação passa a ser regida pelas leis vindas de Portugal através das Reformas Pombalinas, legitimadas pela Legislação Pombalina.

A mudança na educação no Brasil acontece certamente pelo fechamento dos colégios dos jesuítas, bem como a partir desta ocasião passa a ser ensinada a língua portuguesa como sendo língua oficial, o latim continua sendo ensinado, mas de forma resumida e através da língua materna, dando ênfase ao que era nacional, porém contraditoriamente ocorre a proibição de se falar a língua existente no Brasil da época: a Tupi. A metodologia principal de ensino era ministrar aulas régias e para meninos e por professores concursados, em concursos públicos com o controle do Estado português, cria-se o subsídio literário como maneira de controlar a produção de cana e a arrecadação advinda dela, incentivando o ensino.

No Império brasileiro já se apreende um fortalecimento de um espírito nacionalista, voltado para a construção de uma legislação que legitime o poder do imperador e da nova nação em pleno século XIX, incide dessa forma o sistema dual, no qual a nação se responsabiliza pelo nível secundário e universitário e as Províncias, embora sem recursos, assumem o ensino das primeiras letras e os cursos de formação de professores como obrigatórios.

Embora o discurso fosse da construção de uma sociedade livre e formada para o emprego, a disseminação da educação era bastante centralizada, a sociedade brasileira apesar de buscar este espírito de universalização do conhecimento, era bastante desigual, dividida em escravos e índios, tidos como “coisas”, em homens livres e pobres, como “plebe”, e os senhores e proprietários como “povo”.

Ainda por volta do século XIX tem-se a contribuição dos estudos de Pestalozzi com o método intuitivo, além da marca das aulas régias nos espaços domésticos de ensino. Aos poucos se percebe uma convergência genérica a diminuição do papel da Igreja na autoridade da educação e um crescimento do papel do Estado.

O processo de escolarização e instituição tem o Colégio Pedro II, com o curso regular e seriado de estudos literários e científicos, mas a escassez de vagas nas escolas dessa época e a diferença entre a qualidade do que era ensinado entre o ensino primário e secundário, separavam muitos do nível universitário e da condição de buscar melhoras

sociais, toda ação educacional era controlada no início do século XIX pela indicação de vigilantes através das Inspetorias.

É bem verdade que no século XIX a separação entre os campos político e intelectual não se completara, mesmo em lugares onde a Universidade já existia (FINK; LEONARD; REID 1996 citado por CARVALHO, 1998). E o que se convencionou chamar de “intelectual” era o letrado que, por aquela época, começava a ampliar sua margem de autonomia em relação ao poder, animando uma incipiente *opinião crítica* que será determinante da moderna história da *intelligentsia* ocidental (MANNHEIM, 1956 citado por CARVALHO, 1998). As Academias francesas ilustram bem esse percurso, pois, tendo sido organizadas sob o Antigo Regime, momento em que vigorou maior identificação entre sábios reis, foi mantido na era napoleônica e mesmo depois dela, no contexto da Restauração; já aí com tonalidade um tanto distinta, inclusive pela incorporação de intelectuais de extração social mais baixa, cuja chegada àquelas agências era sintomática das mudanças observadas na relação entre o Estado e a opinião. (AUERBACH, 1974).

Tal modelo de organização da inteligência espalhou-se pela Europa e alcançou o Brasil, onde, ao longo de todo o século XIX, Academias e Institutos constituíram-se em espaços de animação intelectual e de construção de ideologias profissionais, decisivas, como se sabe, para o estabelecimento de jurisdição sobre áreas do saber até então reivindicadas por “práticos” – *rábulas*, no caso de advogados; *curandeiros*, no de médicos e *mestres-de-obras*, no âmbito da construção civil. Portanto, mais do que as Escolas, foram àquelas agências que conferiram estatuto de profissão ao exercício das artes liberais no Brasil (COELHO, 1999).

Além disso, pode-se dizer que a proliferação das Academias sob o Império foi parte de uma política devotada à ampliação da esfera estatal, mediante o incremento dos quadros do funcionalismo e a democratização do acesso a eles, principalmente no ramo militar (MOTTA, 1976); a extensão da instrução pública referida à formação técnica de artífices e gráficos – do que é exemplo a criação do Imperial Instituto Artístico – e a construção de espaços de organização de intelectuais e artistas sob o padrão dominante no continente europeu.

Assim, como realidade típica dos Estados ampliados do período da Restauração, a reprodução das Academias no século XIX, na Europa como no Brasil, atesta, no plano cultural, o andamento de uma modernização em compromisso com o passado (GRAMSCI, 2002). Se, no continente europeu, as dinastias monárquicas restauradas não lograram cancelar a novidade introduzida pelas forças sociais do Terceiro Estado – e o recrutamento alargado das Academias conota transformações intersticiais ou “moleculares” em curso naquelas

sociedades – no Brasil, caso mais recessivo de revolução passiva (WERNECK VIANNA, 1997), a iniciativa do Poder Moderador em organizar agências intelectuais apropria um movimento de modernização, sob controle político do Imperador.

De modo que, pensar a organização dos intelectuais brasileiros no século XIX impõe atentar para o processo de centralização do poder, cuja trajetória compreendeu uma ampliação do escopo do Estado, ao definir como de interesse público a produção das ciências e das artes no Brasil. Tal fato, em última análise, evidencia a força diretora da tradição, na medida em que implicou atualizar, em pleno Oitocentos, a velha matriz do absolutismo português, segundo a qual o Rei busca incrementar seu poder sem confrontar diretamente as classes senhoriais, agregando, para tanto, outros espaços, materiais e simbólicos, que o direito tradicional não poderia disputar (HESPANHA, 1994; BARBOZA FILHO, 1999). No contexto do renascimento lusitano, isso se traduziu na incorporação de novos territórios na África, América e Oriente. Enquanto no século XIX, no âmbito do Estado nacional brasileiro, consistirá na dupla fórmula da defesa da unidade territorial – que conferia “reservas” de soberania ao monarca – e da criação de espaços simbólicos de poder exclusivos ao rei, do que a criação de agências intelectuais foi expressão.

Segundo Anísio Teixeira (1989, citado por TERNES, 2006, p. 67) a sociedade colonial brasileira era arcaica e de cultura oral, fundada na escravidão, no patriarcalismo rural e na burocracia colonial; e explorada pelo monopólio metropolitano, voltada para a religiosidade, o culto aos santos, monumentos religiosos, festas comemorativas de dia de santos, comandada por um quadro clerical de padres letrados, pregadores e educadores que lembrariam um corpo intelectual.

O fato é que, tomando a organização dos intelectuais para si, como elemento constitutivo do seu poder, a monarquia brasileira *conferiu dimensão pública à atividade intelectual*, e essa será a marca de origem da moderna inteligência no país. Instituições como a *Academia Científica do Rio de Janeiro*, precursora desse formato organizacional e devotada a estudos práticos de agricultura, ainda no contexto colonial (1772-1779); a *Real Academia Militar* e o *Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro*, ambos de 1810, o último criado especificamente para abrigar a *Coleção Werner*, trazida para o Rio de Janeiro por D. João VI; o *Museu Nacional*, instituição de pesquisa em ciências naturais, notadamente a mineralogia e a geologia, e antecessora, nesse sentido, da *Escola Politécnica* e da *Escola de Minas de Ouro Preto*, ambas criadas na década de 1870; a *Academia Imperial de Belas Artes*, resultado da Missão Francesa de 1816; o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1838), esteio da

ideologia nacional no século XIX; a *Academia Imperial de Medicina* e a *Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro*, essa última aplicada, desde 1887, ao desenvolvimento de pesquisas contra a varíola; o *Instituto dos Advogados Brasileiros* (1843); a *Sociedade de Geografia*; o *Clube de Engenharia*, criado em 1880 e tornado, juntamente com a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, um pólo de coordenação política e intelectual do estrato de engenheiros; a *Associação de Homens de Letras* e o *Colégio Pedro II*, dentre tantas outras, ilustram o modo dominante de organização da vida intelectual em terras brasileiras.

Em suma, o Brasil no século XIX foi palco de intensa atividade intelectual, conjugada à ação diretiva do Estado. A intervenção estatal nesse plano não derivou fundamentalmente da adesão monárquica ao Iluminismo tardio, ou de inclinações pessoais de D. Pedro II – embora as tivesse – para se acercar de sábios. Indica, antes, uma concepção política da prática intelectual, entendendo-a como reserva de soberania do rei e, nessa dimensão, como matéria de interesse público (KANTOROWICZ, 1998).

Tal lógica de reprodução do poder, contudo, produziu efeitos positivos – o principal deles, a quebra do monopólio que as classes dominantes classicamente exercem sobre o processo de constituição da atividade intelectual, abrindo-se uma porta de oportunidades para os que, apartados do mundo relativamente homogêneo das elites senhoriais, souberam transpô-la. Intelectuais oriundos de estratos médios da sociedade, e mais o numeroso contingente de mulatos urbanos que Gilberto Freyre (1990) surpreende em ofícios modernos no último quartel do século XIX, expressam relativa diferenciação do ambiente intelectual sob o Império, malgrado sua intencionalidade. Enfim, o quadro institucional que explica a forma de articulação entre política e cultura no Oitocentos brasileiro é igualmente explicativo da dimensão estratégica conferida às agências intelectuais.

Conforme Ternes (2006) a Educação no Brasil, não repetiu a europeia, e mesmo com a independência não se conseguiu criar uma cultura autóctone, contrariamente não existiu a revolução europeia, apenas se perenizou a cultura do espectador, acarretando sérias consequências.

Ternes (2006, p. 70) afirma que: “a educação escolar fora, sem dúvida, o setor mais afetado nesse processo. A inexistência da universidade significaria a legitimação de uma figura dominante em toda história da educação no Brasil”. Ainda em Ternes averiguamos a presença do professor leigo, fato ainda recorrente no século XXI.

Pode se averiguar em Teixeira (1989, p. 65 citado por NEPONUCENO e FERREIRA, 2006, p. 49) a ausência das universidades no Brasil Colônia: “A universidade do

Brasil foi a universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros [...] Nessa universidade graduaram-se mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil.”

Durante o período Colonial e com a chegada da família real perdurou a criação de escolas isoladas de ensino superior, e ainda conforme Anísio Teixeira essa situação persistiu durante o Império e no limiar da República, tendo sido criada apenas em 1920, simbolicamente, a Universidade do Rio de Janeiro, pela reunião das escolas existentes.

Ternes (2006) assevera ainda que a tese fundamental de Anísio é que nossa história é essencialmente uma história de colonizado, com consequências decisivas na história da Educação brasileira, e considera o colonialismo do Brasil diferente dos outros verificados na América.

E para adentrar de outros modos na história, que não seja por meio da história Oficial, propõe-se estudá-la por meio de obras literárias, uma vez que literatura é manifestação artística, que obtém da linguagem sua matéria prima, remonta de uma existência milenar da qual pode se encontrar grandes produções a partir da Grécia Antiga. Todavia, o modo de concepção da literatura produzida no decorrer dos tempos, difere de um momento para outro, devido às mudanças sociais pelas quais passaram as civilizações.

Se atentarmos para a produção literária desenvolvida no Brasil do século XIX, poderá ser vistos contornos de ufanismo devido ao processo de independência pelo qual passara a antiga colônia, o que resultou no aprimoramento de uma literatura sentimental nacionalista com vistas a uma nova pátria.

Conforme Cândido (2000), a literatura produzida no Brasil pode ser considerada parte de um esforço construtivo extenso, denotando o desígnio de colaborar para a distinção da nação. Durante a estética Romântica havia o senso de dever patriótico, o que fazia com que as obras fossem consideradas uma contribuição ao progresso. Essa visão não permaneceu no Realismo, e nas fases seguintes.

As transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na primeira metade do século, devido à insurreição dos conflitos militares, bem como a Revolução Francesa, incitaram um novo modo de conceber a literatura, e é neste contexto que se concebe a literatura engajada.

A história literária nos mostra que as produções artísticas relacionaram-se de diversas formas com a sociedade e essa interrelação passou a ser analisada de modo a garantir um envolvimento entre as partes, pois a literatura pode ser considerada uma forma de expressão, segundo Wellek e Warren têm se a possibilidade de utilizá-la como registro histórico parcial

da sociedade, sendo assim o entrelaçamento literatura e sociedade faz com que tenha uma função social e não somente o de puro prazer estético. Desse modo, faz-se necessário distinguir e analisar o contexto histórico do período a ser investigado.

Os intelectuais do século XIX, como Rui Barbosa e de certa forma Machado de Assis, lutaram pela instituição do ensino público, depositando nela a esperança no combate ao atraso do país e como medida principal que levaria ao progresso da nação brasileira. Esse processo implicou debates acerca da democratização da cultura e da função política da escola nas sociedades modernas. Dessa forma, a discussão sobre o conteúdo da escolarização popular tornou-se uma temática central e oscilou em decorrência de diferentes interesses políticos, ideológicos, religiosos, sociais, econômicos e culturais. (SOUZA, 2000, p.1-2).

Como muitos intelectuais da época e na visão de alguns estudiosos, Machado de Assis preocupa-se com o tema da identidade nacional, como mostra John Gledson em seu artigo *A História do Brasil em Papéis avulsos de Machado de Assis*:

É preciso dizer, desde já que acredito que aqui mais do que nunca, as especulações de Machado de Assis se centram na questão da identidade nacional que tão frequentemente tem preocupado os intelectuais latino-americanos desde a independência. (GLEDSON, 1998, p. 18).

O período vivido por Machado de Assis pode ser considerado uma época de transição, de constantes transformações políticas, econômicas e culturais, afetando a sociedade e, portanto a Educação. Machado de Assis, presenciou o encontro desses dois mundos o que chega e o que se despede, ocupando-se o escritor em interpretá-lo em sua ficção. A obra de Machado de Assis segundo Astrogildo Pereira proporciona campo fértil de estudo:

Nesses contos muito se terá que estudar e aprender do nosso passado, na sua obra, melhor que em qualquer outra, encontramos uma imagem do conjunto mais expressiva do fenômeno brasileiro normal, isto é da gente e da terra em suas manifestações normais, cotidianas, correntes, As criaturas envolvidas na complicação e nos conflitos que ele explorou nos seus livros são a réplica literária de outras criaturas de carne e osso, que viveram em dado momento histórico num dado meio social. (RODRIGUES, 1982, p. 17.).

Ao analisarmos a literatura de Machado de Assis percebe-se que a mesma apresenta-se de suma importância para expansão de conhecimentos acerca da sociedade e da Educação do século XIX, expondo permanências e alterações, ou seja, práticas comuns ou não à escola do século XXI. A literatura machadiana é, portanto perfeitamente cabível às inquietações do presente. Em suma, o assunto abordado, com fins de se tornar uma futura tese de doutorado, exige um conjunto de análises relativamente amplas, ao que se propõe o presente projeto no

decorrer da pesquisa.

Para Bosi (2007, p. 11):

O objeto principal de Machado de Assis é o comportamento humano. Esse horizonte é atingido mediante a percepção de palavras, pensamentos, obras e silêncios de homens e mulheres que viveram no Rio de Janeiro durante o Segundo Império.

Ainda em Bosi (2007) averigua-se que os olhos do romancista refletem o objeto de sua transformação, podendo dessa forma a literatura refletir a sociedade e vice-versa.

É importante ressaltar que para realizar um estudo dessa dimensão e propor alguma discussão acerca da obra machadiana faz-se necessárias inúmeras leituras e debates em torno de sua fortuna crítica, bem como o estudo e releitura de sua obra, vista a proposta de compreender a construção de alguns personagens da obra de Machado e sua formação intelectual, e ainda, pesquisar a formação intelectual da sociedade moderna da segunda metade do século XIX, para assim tentar perceber perfil educacional.

Sendo assim, o desenvolvimento desta tese, dar-se-á a partir de sucessivas leituras e reflexões que se proporá a desenvolver no decorrer do curso. Entende-se que somente através da leitura, e análise reflexiva de documentos, escritos às vezes pela própria burguesia, é possível compreender as reais necessidades e o que almejavam.

Um trabalho de pesquisa científica em que se analise o conteúdo literário de um período terá que, não só concentrar-se no conjunto da obra, mas realizar um estudo e debate dos processos sociais e políticos pertinentes ao período. Somente através da pesquisa podemos desvelar o objeto de investigação, e este desvelar tem como objetivo conhecer o incógnito. Canezin, afirma “o desconhecido como tal é plena escuridão. O conhecimento é a iluminação que desvenda os mistérios dessa escuridão” e acrescenta: “o conhecimento é sempre aperfeiçoamento de um conhecimento anterior que se põe em dúvida, que se nega” (CANEZIN, 2009, p. 93).

Segundo Ludke e André (1996), para realizar uma pesquisa é preciso promover um confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Trata-se de construir uma amostra do saber. Esse conhecimento é não só produto da curiosidade, da inquietação, da argúcia e da atividade investigativa do pesquisador, mas também da continuação do que foi elaborado e sistematizado pelos que já cogitaram o assunto anteriormente.

Para realizar o projeto far-se-á pesquisa bibliográfica que é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influencia todas as etapas de uma pesquisa à medida que

permite o embasamento teórico. Para tal faz-se também necessário à revisão da literatura que deve ser crítica, baseada em critérios metodológicos, a fim de separar o material que tenha validade daqueles que não tem.

Além da pesquisa bibliográfica será necessária também uma análise documental, para qual se proporá uma visita *in locu* à Casa Machado de Assis, Academia Brasileira de Letras, e a Biblioteca Nacional situadas no estado do Rio de Janeiro, com o intuito de averiguar e investigar livros e documentos importantes para o conhecimento profundo do tema em investigação.

Conforme Lakatos (2007, p. 185) observa a Pesquisa bibliográfica é a “fonte secundária, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”. Ela ressalva ainda que sua finalidade seja “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Por outro lado Reis (2008, p. 51) demonstra que a pesquisa bibliográfica é a “técnica que auxilia o estudante a fazer a revisão da literatura possibilitando conhecer e compreender melhor os elementos teóricos que fundamentarão a análise do tema e do objeto de estudo escolhido”.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica será considerada o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa.

Procurar-se-á ao longo da pesquisa percorrer os caminhos da pesquisa bibliográfica, bem como pesquisa e análise documental a leitura, seleção e análise crítica dos textos escolhidos para que se possa alcançar conhecimento mais profundo do tema em estudo de forma a gerar posicionamento perante o debate.

Propõe-se ainda, que a análise conteudística de forma que se assente nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica de linguagem, e “linguagem entendida como uma construção real de toda a sociedade e como expressão de existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação.” (FRANCO,

2003, p. 14).

Far-se-á necessário de igual modo, após o estudo analítico do referencial teórico escolhido, um estudo comparativo de textos e autores diversificados que se apresenta de suma importância para o desenvolvimento do estudo, visando o confronto de realidades vistas – óticas diversas em períodos próximos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABL MACHADO DE ASSIS (obra completa). Disponível em: [www.machadodeassis.org.br](http://www.machadodeassis.org.br). Acesso em: 09 de setembro de 2011.

ASSIS, Machado. Obra Completa. Disponível em: [machado.mec.gov.br](http://machado.mec.gov.br). Acesso em : 13 de setembro de 2011.

AUERBACH, Erich. La cour et La Ville. In: COSTA, Lima Luiz (org.). *Teoria da literatura e suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

AZEVEDO, Fernando de. *Cultura Brasileira*. São Paulo: USP, 1971.

BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome*. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. *Autobibliografias: solicitação do livro na ficção de Machado de Assis*. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

BARBOZA FILHO, Ruben. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAMPI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1 e 2.

CANEZIN, Maria Tereza. *Introdução á teoria e ao método em ciências sociais e educação*. Goiânia: UCG-GO 2001

\_\_\_\_\_. NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *Apontamentos sobre a noção de conhecimento e o processo de investigação em ciências humanas*. Goiânia: PUC-GO, 2009. Disponível em: <<http://educativa.ucg.br>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. Centro de Estudos Direito e Sociedade – *Caderno CEDES* n. 09. Rio de Janeiro: IUPERJ. Disponível em: <<http://cedes.iesp.uerj.br/PDF/cadernos/cadernos%209%20-%20organizacao%20intelectuais9.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COÊLHO, Ildeu Moreira. *Realidade e Utopia na construção da Universidade*. Goiânia: UFG, 1996.

ELIAS, Norberto. *Sobre o tempo*. São Paulo: Jorge Zahar, 1998.

FARIA, João Roberto. (org.). *Machado de Assis: do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FRANCO, Maria Laura. *Análise do conteúdo*. Brasília: Plano Editora, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. São Paulo: Global, 1990.

GLEDSON, John. A História do Brasil em Papéis Avulsos de Machado de Assis. In: *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

KANTOROVICZ, Ernest H. *Os dois corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 5. ed. 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. – São Paulo: Atlas 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis: aprendizado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. v. 1

\_\_\_\_\_. *Vida e obra de Machado de Assis: ascensão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. v. 2

\_\_\_\_\_. *Vida e obra de Machado de Assis: maturidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. v. 3

\_\_\_\_\_. *Vida e obra de Machado de Assis: apogeu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. v. 4

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989.

MOTTA, Jehovah. *Formação oficial do exército*. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráfica, 1996.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo; FERREIRA, Suely. Universidade, sociedade e cultura no pensamento de Anísio Teixeira. In: TIBALLI, Eliandra Figueiredo Arantes; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. (coord.). *Pensamento educacional brasileiro*. Goiânia: PUC de Goiás, 2006.

REIS, Ricardo. *A importância do professor*. Disponível em: <<http://www2.catho.com.br/jcs/imputer-viewphtml?Id=2424>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1982.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

\_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo - Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos CEDES* v. 20, n.51, Campinas, nov.2000. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57784043/SOUZA-Rosa-Inovacao-educacional-no-seculo-XIX>> Acesso em: 30 ago. 2011.

TERNES, José. A noção de ciência e de educação em Anísio Teixeira: considerações preliminares. In: TIBALLI, Eliandra Figueiredo Arantes; NEPOMUCENO, Maria Araújo. (coord.). *Pensamento educacional brasileiro*. Goiânia: PUC de Goiás, 2006.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. 3. ed. Trad. José Palla e Carmo. Lisboa:Publicações Europa-América, 1971.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

VERISSIMO, José. *História da Literatura Brasileira - de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. (Col. *Documentos brasileiros*, nº 74). Cap XIX, Machado de Assis p. 343-359.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 5ª Ed. Organizada e prefaciada por Nelson Romero. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. V. 5, pp. 16171638.